

A CONTABILIDADE E A INFORMÁTICA COMO FERRAMENTAS DE GESTÃO E DE PRESTAÇÃO DE CONTAS EM UMA INSTITUIÇÃO RELIGIOSA NO MUNICÍPIO DE TAUBATÉ (SP)

Autores

Roberto Rodrigues Junior¹

Júlio Cesar dos Santos²

Norio Ishisaki³

Resumo

O presente estudo busca analisar de que modo os gestores de uma instituição religiosa evangélica gerenciam as atividades necessárias para a eficiência organizacional. Além disso, busca-se responder: Quais as dificuldades enfrentadas pelos gestores das instituições religiosas do município de Taubaté na utilização das informações contábeis para o gerenciamento e prestação de contas? A presente pesquisa é de natureza básica, exploratória e qualitativa. Para coleta de dados foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e de observação. Assim, buscou-se compreender as dificuldades enfrentadas pelos gestores com intuito de definir um modelo estruturado simplificado de relatórios gerenciais com o propósito de satisfazer as normas da legislação vigentes e alcançar a aquiescência da sociedade face à transparência na prestação de contas. Os resultados permitiram identificar diversas dificuldades na gestão do patrimônio da organização relacionadas ao cumprimento das normas, ao controle de patrimônio e com a prestação de contas. Para cada dificuldade apontada pelo gestor, foi proposta solução para atender as normas e promover a melhor forma de controle e da prestação de contas. Concluiu-se a necessidade de consultoria de profissional de informática e de contabilidade aos gestores para solucionar suas dificuldades na gestão do patrimônio e para elaboração de prestação de contas de maneira íntegra e confiável à sociedade.

Palavras-chave: Terceiro setor. Instituição religiosa. Sistemas de gestão. Contabilidade. Informática.

Accounting and Informatics as Management and Accountability Tools in a Religious Institution in Taubaté (SP)

Abstract

In this case, the present study seeks to analyze how the managers of an evangelical religious institution manage the activities necessary for organizational efficiency. In addition, it seeks to answer: What are the difficulties faced by managers of religious institutions in the municipality of Taubaté in the use of accounting information for management and accountability? The present research is basic, exploratory and qualitative. For data collection, bibliographical and observational research were used. Thus, we sought to understand the

¹ Pós-Graduado em Tecnologia da Informação pelo Centro Universitário Teresa D'Ávila – Unifatea – E-mail: robertojunior.mobile@gmail.com.

² Pós-Graduado em Tecnologia da Informação pelo Centro Universitário Teresa D'Ávila – Unifatea – E-mail: geosoftware@gmail.com.

³ Professor especialista em finanças, mestrado pela UNITAU e docente na Faculdade de Tecnologia do Centro Paula Souza – CPC – E-mail: norioishisaki@yahoo.com.br.

difficulties faced by managers in order to define a simplified structured model of management reports with the purpose of satisfying the current legislation and achieving the acquiescence of society in the face of transparency in accountability. The results allowed to identify several difficulties in the management of the assets of the organization related to the compliance with the norms, the control of equity and the rendering of accounts. For every difficulty pointed out by the manager, a solution was proposed to meet the standards and promote the best form of control and accountability. The conclusion of the need for advice from a computer and accounting professional to managers to solve their difficulties in the management of equity and for the elaboration of accountability in an integral and reliable manner to society.

Keywords: Third sector. Religious institution. Management systems. Accounting. Computing.

Introdução

O terceiro setor é constituído por entidades sem fins lucrativos, identificadas como Organizações não governamentais (ONGS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Existem uma ampla variedade de organizações da iniciativa privada que atuam em prol do bem comum da sociedade, como as fundações, associações, instituições filantrópicas ou entidades religiosas. Em especial, as entidades religiosas, objeto do presente estudo, compõem o terceiro setor, e suas atividades são sustentadas por meio de doações e ofertas. As entidades são regidas por normas e leis que regulam o setor e, portanto, formalizam o processo de funcionamento, exigindo integridade perante a sociedade (MELO, 2002), descartando sombras de negligências e improbidades com as informações, patrimônios e valores monetários que permeiam a essência da atividade. Não obstante, as instituições do terceiro setor são essenciais à qualidade de vida e à cidadania, com seus valores e tradições, atuando com agente transformador social (DRUCKER, 2001).

Embora se observe que historicamente a ocorrência da incidência de desvios e rupturas nos recursos por parte dos setores e autoridades públicas (OLIVEIRA, 2014) tenha estimulado uma cultura de corrupção em razão da busca de vantagens ilícitas, apropriações indevidas, negligências em áreas essenciais, tais como, saúde, alimentação, educação e segurança. Sob esse ponto de vista, entidades do terceiro setor podem ter sua credibilidade abalada. Contrariamente a isso, também se observa que organizações religiosas têm se caracterizadas pela confiança depositada pela sociedade.

No Brasil, as entidades do terceiro setor são classificadas e enquadradas nos critérios estabelecidos na Lei 9.790/1999, onde se destacam as entidades, publicamente conhecidas como organizações religiosas, partidos políticos, fundações, entre outras. Aponta-se ainda que

a transparência nas contas dessas entidades são essências para confiabilidade perante à sociedade e às entidades reguladoras.

Conforme exposto, a sociedade vem apresentando interesse em participar de entidades sérias, por meio de doações, investimentos e voluntariado nas atividades do cotidiano nas entidades religiosas. Esse interesse reflete nos métodos de trabalhos dos líderes e gestores das entidades religiosas que começaram a recorrer aos profissionais de informática e contabilidade com objetivos de organizar e reestruturar as rotinas e controles administrativos e financeiros de suas entidades através de sistemas informatizados e de modo em atender às normas e legislações vigentes.

Diante desse cenário, esse trabalho busca responder a seguinte pergunta de pesquisa: Quais as dificuldades enfrentadas pelos gestores das instituições religiosas do município de Taubaté na utilização das informações contábeis para o gerenciamento e prestação de contas? Para deslindar tal pergunta, foram observadas as rotinas de uma entidade religiosa cristã evangélica, identificando-se as dificuldades e desafios na administração dos recursos, prestação de contas à sociedade e atender as exigências municipais, estaduais e federais atinentes à sua atividade. Como objetivo geral, o estudo busca analisar de que modo os gestores de uma instituição religiosa evangélica gerenciam as atividades necessárias para a eficiência organizacional. Para atender à esses propósito, o estudo utiliza a metodologia de pesquisa exploratória de natureza qualitativa.

2 Fundamentação Teórica

O terceiro setor no Brasil foi estabelecido no século XVI, com a fundação da Santa Casa de Misericórdia de Santos no ano de 1543, com objetivo de prestar apoio assistencial e hospitalar à sociedade (SLOMSKI, 2012). A expansão de tais instituições e associações estavam ligadas a Igreja Católica. Já no século XX, outras religiões foram se estabelecendo no Brasil, por conta da liberdade religiosa, usufruem de isenções e imunidades na esfera tributária, federal, estadual e municipal.

De acordo com Oliveira (2014), o terceiro setor é constituído em organizações com seus objetivos principais atinentes as esferas sociais ao invés de econômicos. A essência do setor envolve as instituições de caridade, organizações comunitárias, entidades religiosas, entidades voltadas para as artes, organizações comunitárias, sindicatos, entre outras. Para

Slomski (2012) o terceiro setor são as entidades sem fins lucrativos, privadas, cuja atuação é direcionada às finalidades públicas ou coletivas com objetivo de gerar o bem comum.

O termo “setor” vem da didática de classificar as organizações em três setores, conforme suas características. O Primeiro setor abrange as instituições governamentais (Estado). O Segundo setor são as empresas privadas com finalidades de lucros (mercado). E o Terceiro setor incluem entidades com finalidades de gerar o bem comum social das pessoas.

Em face ao Código Civil (Brasil, 2002, 2003), Slomski (2012) destaca que as constituições das pessoas jurídicas podem ocorrer pela sua natureza como sendo de direito público ou privado.

Quadro 1 – Classificação das pessoas jurídicas de acordo com Código Civil

PESSOAS JURÍDICAS		
DIREITO PÚBLICO	DIREITO PRIVADO	
PRIMEIRO SETOR	SEGUNDO SETOR	TERCEIRO SETOR
<ul style="list-style-type: none"> - União - Estados - Distrito Federal - Município - Autarquias - Fundações Públicas 	<ul style="list-style-type: none"> - Sociedades empresariais - Empresas Individuais de responsabilidade limitada 	<ul style="list-style-type: none"> - Associações - Fundações - Entidades Religiosas - Partidos Políticos

Fonte: SLOMSKI (2002, p.7)

O terceiro setor é a organização de todas as instituições de iniciativas privadas de utilidade pública. Numa visão simplista, o terceiro setor consiste no conjunto de entidades de fins públicos e não lucrativas, que estão dispostas a proporcionar melhorias sociais, e uma harmonia entre o estado e a sociedade, com objetivo principal, de agregar modelos organizacionais eficientes voltados a filantropia. Existem várias organizações que fazem parte do terceiro setor como as ONGs (Organizações Não Governamentais) e OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público). O terceiro setor é composto quase que, em sua totalidade, de mão-de-obra voluntária, pessoas que trabalham e não recebem remuneração para isso. (CAMARGO, 2002).

As iniciativas privadas, mantem o terceiro setor, que equacionam seus objetivos em melhorar a qualidade de vida da sociedade. Segundo Camargo (2002) o Terceiro setor é um meio-termo do ambiente político-econômico, intermediando as relações entre o Estado e o mercado no que tange às questões da melhora social. Para Camargo (2002) o terceiro setor é mais do que assistir os menores carentes, distribuir donativos natalinos ou agasalhos no inverno, de forma esporádica, paliativa, sem a sinergia necessária. Drucker (2001) cita que as

instituições do terceiro setor são essenciais a qualidade de vida, à cidadania e, na verdade, trazem consigo os valores e tradição da sociedade como um todo.

No Brasil, o terceiro setor não está tão forte como em países como os Estados Unidos da América, que tem várias instituições e uma vasta rede de voluntários. (IOSCHPE, 2000).

O Quadro 2 apresenta as definições para o terceiro setor:

Quadro 2 – Definições sobre terceiro setor

Autores	Definições
Evers (1995)	O terceiro setor deveria ser definido como um subespaço do espaço público nas sociedades civis, isso é, como um campo de tensão sem fronteiras muito definidas, no qual diferentes racionalidades e discursos coexistem e se interceptam.
Thompson (1997)	Define o terceiro setor se refere a todas aquelas instituições sem fins lucrativos que a partir do âmbito privado perseguem propósitos de interesse público.
Rothgiesser (2002)	Seriam iniciativas privadas que visam lucros, iniciativa na esfera pública que não são feitas pelo Estado. São cidadãos participando de modo espontâneo e voluntário, em ação que visam interesse de que se trata de uma esfera de atuação pública, não estatal, formada a partir de iniciativas voluntárias, sem fins lucrativos, no sentido comum.
Olak e Nascimento (2009)	São instituições privadas com propósitos específicos de provocar mudanças sociais e cujo patrimônio é constituído, mantido e ampliado a partir de contribuições, doações e subvenções e que, de modo algum, se reverte para os seus membros ou mantenedores.
Fernandes (2015)	Um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam a produção de bens e serviços públicos. Este é o sentido positivo da expressão “Bens e serviços”, nesse caso implicam uma dupla qualificação. Não geram lucros e respondem a necessidade coletiva.

Fonte: Caetano e Ferreira (2016)

Conforme observado no Quadro 2, existem várias definições para compreensão do terceiro setor e o seu papel para cumprir a função social, assim como para as instituições que as compõe, como será visto a seguir.

2.1 Caracterização de Instituições Sem Fins Lucrativos

De acordo Oliveira (2014), as instituições sem fins lucrativos são entidades formadas pela junção de indivíduos com o propósito comum de realizarem fins com objetivos do bem comum e não com a finalidade econômica e financeira, embora necessitem serem sustentáveis para prosseguir com a missão pretendida.

Para o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas Sebrae SP, define uma instituição sem fins lucrativos, como uma organização de direito privado, composta por um grupo de pessoas, que qualificam a personalidade jurídica, visando o aperfeiçoamento de suas atividades sem interesse no resultado “Lucro”. Para Drucker (2001) as instituições sem

fins lucrativos têm o desafio de restabelecer a responsabilidade na comunidade equacionando seu patrimônio de posse da disponibilidade dos seus membros e associados.

Oliveira (2014) destaca que uma instituição sem fins lucrativos podem ser educacional, lúdica, religiosa, cultural, científica, etc. e seus objetivos podem ser representados às categorias profissionais ou econômicas, instituições religiosas ou voltadas para disseminação de credos, e cultos, proporcionar bens ou serviços como clubes, associação de bairros, et; ou até mesmo a promoção de serviços culturais, sociais, preservação de patrimônios públicos e artísticos, meio ambiente, saúde e educação.

Em 30 de junho de 1999, o Presidente da República em exercício, regulamentou por intermédio do Decreto nº 3.100/1999 a Lei 9.790/1999, que passou a denominar as pessoas jurídicas de direito privado e sem fins lucrativos como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP.

Numa breve explicação, Camargo (2002) cita as novidades que a nova Lei trouxe às OSCIP's, tais como as atividades qualificadas para o enquadramento às organizações que realizam, ou seja, promoção da assistência social; promoção da Cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; promoção gratuita de educação; promoção gratuita da saúde; promoção da segurança alimentar e nutricional; defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; promoção do voluntariado; promoção do desenvolvimento econômico e social e do combate à pobreza; experimentação não-lucrativa de novos modelos sócio produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito; promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de caráter suplementar; promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais.

Em síntese, no Brasil, normalmente, o terceiro setor é composto por entidades não governamentais são legalmente constituídas e de forma voluntária, às quais desenvolvem a sua própria gestão, respondendo às entidades reguladoras governamentais (TERCEIRO SETOR, 2018). As formas de personalidade jurídicas são variadas, conforme definida por seu estatuto social, podendo ser caracterizadas como terceiro setor somente as: fundações, associações, cooperativa de trabalho, organizações religiosas e partidos políticos (são regidas por legislação própria), ou seja, todos os termos utilizados (instituto, ONG, organização, etc.) referem-se sempre a uma associação ou fundação (TERCEIRO SETOR, 2018).

Para Oliveira (2014), “As associações e fundações dependem necessariamente da coexistência de dois elementos, um pessoal e outro real, a reunião de várias pessoas e o acervo de bens. Um e outro não podem se dissociados. (OLIVEIRA, 2014, p 13).

2.1.1 Partidos Políticos

Os partidos políticos consistem em organizações ou associações estáveis, ancoradas a sua ideologia de afiliados e seguidores que anseiam o poder com intuito de desenvolver e estabelecer seu programa político. O partido político é fundamental para a estrutura de um país, uma vez que, é responsável por selecionar candidatos para cargos de governança, capaz de liderar, articular e agregar valores em prol da sociedade. A Lei 10.825 de 22 de dezembro de 2003, esclarece que os partidos políticos serão organizados e funcionarão conforme dispostos em lei específica. O termo partido político se refere a um tipo de organização que tem por objetivo governar. No Brasil, os partidos políticos costumam ser o meio pelo qual a população governa um país democrático e que escolhe seus representantes para desempenhar este fim através do voto.

2.1.2 Associações

As associações são entidades do direito privado, enquadradas no terceiro setor e formadas pela união de pessoas que buscam o objetivo de realizarem atividades com fins não econômicos. Para Oliveira, (2014) destaca que a estrutura jurídica das associações pode ser educacional, lúdica, religiosa, cultural, científica etc. e se torna estabelecida quanto do ato construtivo, denominado estatuto, devendo conterá as seguintes informações: (1) a denominação, os fins e a sede da associação; (2) os requisitos para admissão, demissão e exclusão dos associados; (3) os direitos e deveres dos associados; (4) as fontes de recursos para sua manutenção; (5) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos; (6) as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução; e, (7) com seus bens particulares nos casos de abuso de personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial.

Camargo (2002) afirma que deve haver a primazia de suas atividades a fim de demonstrar à sociedade que os recursos e afinidades são efetivamente aplicados e administrados aos objetivos.

2.1.3 Entidades Religiosas

Na Constituição Federal, garante que o estado brasileiro deve ser laico, ou seja, a nação tem uma posição neutra no campo religioso, isto é, não apoia ou discrimina nenhuma religião.

“A Religião Catholica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior do Templo”. (CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA, 1824, artigo 5)

A atual Constituição não repete tal disposição, nem institui qualquer outra religião como sendo a oficial do Estado e/ou restringindo a liberdade religiosa. Ademais estabeleceu em seu artigo 19, I o seguinte:

“É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, artigo 19)

Isso permitiu o estabelecer do estado Laico, que significa que não está vinculada a determinada religião, como é o exemplo, o Estado Islâmico, onde a religião faz parte do próprio estado. A entidade religiosa é uma pessoa jurídica com objetivos de desenvolver suas atividades em prol dos fiéis. É comum que as entidades religiosas, arrecadem contribuições para manutenção de sua estrutura afim de garantir melhorias e capacidade de acolher as pessoas em seus cultos e reuniões. (CAMARGO, 2002).

Portanto, o autor Oliveira (2014) destaca que as entidades religiosas são livres para definirem sua organização, sua estruturação, de modo que não estejam debaixo do rigor jurídico. A saber, a tal liberdade, não isenta-as de seguir a estrutura jurídica na elaboração de seus estatutos, controles, e na interpretação da lei nasce uma dúvida: Entidades religiosas seriam somente igrejas, sinagogas, mesquitas, centro espíritas, ou também podem considerar como entidade religiosa os seminários, as faculdades teológicas, os educandários, as associações de igrejas, as instituições que tem origens confessionais?

Segundo o autor Slomski (2012) entende-se como entidades religiosas e laicas, as igrejas, abrangendo-se não só a estrutura e liturgia tradicional de cultos, templos, mas também todas aquelas entidades sem fins lucrativos, criadas e mantidas pelas igrejas, como hospitais, universidades, entre outras. Têm-se como exemplo, o caso das Santas Casas de Misericórdias, denominadas, as primeiras entidades do Terceiro setor, na ocasião, administradas pela igreja católica, e passaram a integrar e colaborar com o crescimento do terceiro setor.

Para Slomski (2012) a entidade religiosa tem o tamanho de qualquer instituição, diante disto, são exigidos comportamentos no mesmo peso e medidas que são cobrados de quaisquer pessoas jurídicas.

3 Metodologia da Pesquisa

Para Rampazzo (1998) “pesquisa podem ser procedimentos reflexivos, sistemáticos, controlado e crítico que permite descobrir novos fatos ou dados, soluções ou leis, em qualquer área de conhecimento”. Dessa forma, a pesquisa é uma atividade voltada para a solução de problemas através dos processos do método científico.

A presente pesquisa é de natureza básica, exploratória e qualitativa. Para coleta de dados serão utilizadas pesquisa bibliográfica, documental e observação. Pesquisa de natureza básica, segundo Gerhardth (2009) consiste em gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da ciência, sem aplicação prática prevista, envolvendo verdades e interesses universais. A seguir serão explicados os demais tipos de pesquisas utilizados nesse trabalho.

Para o autor Gil (1995) a pesquisa exploratória tem como finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias com vistas na formulação de problemas mais precisos ou hipóteses para estudos.

A pesquisa exploratória é desenvolvida com objetivo de proporcionar uma visão macro, principalmente em assuntos ou áreas poucos exploradas. Quanto a natureza da pesquisa, Rampazzo (1998) explica que a pesquisa qualitativa, numa visão simplista, pode ser definida como uma metodologia que geradora de dados partindo de observações extraídas de processos, fatos, pessoas, lugares e situações, onde o pesquisador procurar conceituar uma interação para compreender os fenômenos, tomando uma forma mais definida, conseqüentemente à evolução e desenvolvimento do trabalho. A pesquisa qualitativa busca uma compreensão particular daquilo que estuda.

Em relação a pesquisa bibliográfica, Lakatos (2014) aponta a pesquisa bibliográfica como fontes secundárias, abrangendo toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, com finalidade de colocar o pesquisador em contato direto com tudo que foi escrito, exposto ou dito. Para Gil (1995), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, com a grande vantagem de permitir a cobertura de uma gama de fenômenos indispensáveis para conhecer os fatos ou situações. Nesse caso, o estudo faz uso da pesquisa documental para levantamento de informações que contribuem para compreensão

do fenômeno de estudo. Para Lakatos (2014) a pesquisa documental tem como característica a coleta de dados restrita a documentos, escritos ou não, podendo ser colhida no momento que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois.

Fachin (2005) cita que a pesquisa documental corresponde a toda informação de forma oral, escrita ou visualizada, consistindo na coleta, classificação, seleção e utilização das informações. Na pesquisa documental, consideram-se documentos de qualquer forma de apresentação, sejam através de textos, imagens, sons, sinais, relatórios, gráficos, atas, etc. Para Trujillo (1982), a pesquisa documental são fontes que não receberam ainda o tratamento analítico, com finalidade de organizar e classificar as informações e fatos.

A pesquisa é chamada de “documental” porque procura os documentos de fonte primária, a saber, os “dados primários” provenientes de órgãos que realizaram as observações. Estes “dados primários” podem ser encontrados em arquivos, fontes, estatísticas e fontes não-escritas (RAMPAZZO, 1998).

Além disso, para atender aos objetivos de estudo, considera-se a técnica de pesquisa baseada em observações. Para o autor Gil (1995), a observação constitui elemento fundamental para a pesquisa. Desde a escolha e formulação do problema, passando pela construção das hipóteses, coleta, análise e interpretação dos dados, a observação desempenha papel imprescindível no processo de pesquisa. A observação tem sua vantagem, pois os fatos são percebidos diretamente, não sendo necessários intermediações, porém, seu inconveniente é a possível alteração de comportamento dos elementos observados, destruindo a espontaneidade, e gerando resultados duvidosos. Lakatos (2010) destaca a observação como fonte rica para construção de hipóteses face aos fatos observados.

4 Breve descrição da entidade analisada

A entidade analisada iniciou suas atividades no ano de 2015, devidamente constituída nos órgãos federais, com sua atividade predominante lastreada no CNAE (Código Nacional de atividades econômicas) 94.91-0-00, com sua descrição de natureza jurídica “Organização Religiosa”. Na data de sua constituição, a entidade homologou seu estatuto, nomeando a diretoria executiva, bem como, os processos e controles administrativos.

Desde então, a entidade vem desenvolvendo suas atividades promovendo o bem estar, campanhas sociais e, financiando projetos culturais que permeiam as frentes missionárias, pedagógicas e culturais.

5. Discussão e Análises dos Resultados

O trabalho permitiu identificar diversas dificuldades na gestão do patrimônio da entidade religiosa de Taubaté, bem como nos controles administrativos e financeiros. Tais dificuldades correlacionam ao cumprimento das normas, prestação de contas e tratamento de documentos que alimentam a contabilidade. Para cada dificuldade apontada pelo gestor, foi proposta solução para atender as normas e promover a melhor forma de controle e de prestação de contas. Para Camargo (2002, p.90), “controlar de forma eficaz os recursos, gera credibilidade na prestação de contas, fidelidade e unicidade nos membros da igreja”.

5.1 Problemas enfrentados pelo gestor da entidade religiosa

Apontaram-se as principais dificuldades do gestor da entidade religiosa em Taubaté, e para Ferreira (2002), nas entidades religiosas se enquadram as instituições que enfrentam alta complexidade para efetivar sua escrituração e controles na contabilidade, bem como nos processos administrativos e financeiros que impactam no patrimônio e prestação de contas.

Tabela 1 - Principais dificuldades do gestor da entidade religiosa

Quesitos	Dificuldades	Soluções
Cumprimento das normas	Não sabe fazer devidamente o registro dos valores arrecadados por meio de ofertas e doações.	Conforme NBC TE - Entidade sem Finalidade de Lucros: "A receita de doação, subvenção e contribuição para custeio ou investimento deve ser registrada mediante documentos hábeis."
	Falhas no controle administrativo e financeiro das entradas e saídas de recursos. Desconhece o critério para separar os movimentos financeiros.	As receitas e despesas devem ser reconhecidas mensalmente respeitando os Princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência.
	Desconhece quais informações devem conter na emissão de recibos que justifiquem a saída de dinheiro e critérios para emissão na legalidade.	O recibo deve ser de redação fácil e simples, e devem considerar se o mesmo está em nome da Igreja; se a data é compatível com o mês em exercício; se o comprovante atende as exigências fiscais; se está devidamente aprovado e de acordo com a política da Igreja.
	Dúvida em como deve ser identificado os valores que sobram no final de cada período.	Conforme ITG 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de Lucros - O lucro ou prejuízo são denominados, respectivamente, de superávit ou déficit.
Controle de Patrimônio	Não sabe como proceder com o Inventário patrimonial da igreja.	Deve-se criar um sistema simples de identificação dos objetos da igreja, com dados historiados, evidenciando informações relativas a descrição, a marca, ao modelo, ao tamanho, a data de fabricação, número de série, nota fiscal, data de aquisição.
	Desconhece a forma legal para aquisição de imobilizado.	Para aquisição de um ativo imobilizado, deve-se atentar-se recepção da nota fiscal com as devidas identificações do item adquirido nominal à igreja.
	Não sabe por quanto tempo deve-se guardar documentos do seu ativo imobilizado.	Deve-se manter arquivado, de forma organizada as notas fiscais, relatórios e documentos, enquanto o bem permanecer como propriedade da Igreja, ainda que totalmente obsoleto ou depreciado.
Prestação de Contas	Não sabe quais os relatórios devem ser considerados na prestação de contas.	Extratos Bancários, Balanço Patrimonial, Demonstração de Superávit ou Déficit do Exercício, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração de Mutação do Patrimônio Social;
	Desconhece e não pratica a conciliação bancária.	A conciliação bancária consiste na simples conferência dos lançamentos internos em relação ao extrato bancário, permitindo identificar lançamentos não planejados e identificar a origem e o impacto deste lançamento nas movimentações financeiras da entidade religiosa.
	Não sabe elaborar a projeção e o controle de fluxo de caixa.	Com um controle de fluxo de caixa, é possível realizar projeções de entradas de recursos e pagamentos das contas, permitindo um melhor planejamento financeiro a curto, médio e longo prazo. A gestão do fluxo de caixa auxiliará na tomada de decisão.
	Não sabe organizar os documentos financeiros.	Estabelecer controle que permita identificar e rastrear as saídas de valores pagos. Ou seja, para cada saída, faz-se necessário criar um histórico contendo comprovante de pagamento, nota fiscal, recibos, cópia de cheque quando houver. Organizados em ordem cronológica.

Fonte: dados da pesquisa (2017)

Diante das principais dificuldades do gestor da entidade religiosa no quesito Cumprimento das Normas, seguiu-se com os levantamentos das possíveis causas.

a) Não sabe fazer devidamente o registro dos valores arrecadados por meio de ofertas e doações:

Foi identificado *in loco* que o gestor da entidade religiosa possui um controle vulnerável e não organizado aos valores arrecadados por meio de ofertas e doações.

Oliveira (2014,.) destaca que muitas entidades religiosas (igrejas) se preocupam tão somente em ter um livro caixa para seus controles, porém, faz-se necessário estruturar seus registros, garantindo a organização e forma de arquivar. Conforme NBC TE - Entidade sem Finalidade de Lucros "A receita de doação, subvenção e contribuição para custeio ou investimento deve ser registrada mediante documentos hábeis". Para Oliveira (2014,.) o gestor da entidade religiosa, no ápice de suas atribuições, alcança a satisfação na instituição, contabilidade e normas, uma vez que tenha produzido relatórios cercados de critérios e com base em documentos idôneos.

b) Falhas no controle administrativo e financeiro das entradas e saídas de recursos. Desconhece o critério para separar os movimentos financeiros:

O gestor da entidade tem como prática, concentrar todos os documentos numa única pasta sem sequer considerar a ordem cronológica de data. Isso posto, percebeu-se dificuldades para identificar documentos, rastrear e justificar valores nas entradas e saídas. Como solução e proposta, foi apresentado os princípios de competência e características de compreensibilidade e confiabilidade, e ainda, um modelo de fluxo de caixa que permita uma visualização global dos movimentos financeiros da entidade. Conforme IOBONLINE (2017), encontra-se a definição do princípio da competência onde esclarece que as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado da entidade no período em que ocorrerem, sempre, independentemente de recebimento ou pagamento. Para o autor Slomski (2012) a compreensibilidade consiste na qualidade essencial da informação devendo ser prontamente entendidas pelos usuários. Já a confiabilidade é a consequência de uma informação qualificada como útil, livre de erros ou vieses relevantes, representando àquilo que propõe.

Nascimento (2009) define o fluxo de Caixa como uma ferramenta de extrema importância às entidades religiosas, da mesma forma que tem sua importância nas empresas comerciais, pois auxilia os gestores nas tomadas de decisões e tem como resultado melhor eficiência na administração financeira. O fluxo de caixa é uma ferramenta de controle que auxilia na previsão, visualização e controle das movimentações financeiras de cada período. Sua grande utilidade, é permitir identificar sobras e faltas no caixa, possibilitando ao gestor planejar melhor suas ações futuras ou acompanhar o seu desempenho.

Quadro 3 - Modelo de Fluxo de Caixa da Entidade Religiosa

FLUXO DE CAIXA	01/07/2017	02/07/2017	03/07/2017	04/07/2017
Saldo Inicial				
Entradas				
Saídas				
Saldo Final = Saldo Inicial + Entradas - Saídas				

Fonte: Autores

c) Desconhece quais informações devem conter na emissão de recibos que justifiquem a saída de dinheiro e critérios para emissão na legalidade:

Foi identificado dificuldades pelo gestor no preenchimento dos recibos e desconhecimento da necessidade da solicitação da nota fiscal ao adquirir mercadorias ou obter serviços prestados. Para Oliveira (2014) o recibo consiste no documento no qual a pessoa que assina declara haver recebido alguma coisa ou importância em cheque ou moeda corrente de outrem, sempre qualificando a razão da operação. Na ocasião da igreja, de imediato foi alertado que nos casos de prestação de serviços ou compra, isto é, para pagamento dessas naturezas, a prioridade é exigir nota fiscal, pois é o documento oficial que destacará os impostos devidos, quando houver. Pode-se estabelecer critérios para emissão de recibos na política da entidade religiosa, garantindo uma padronização dos documentos homologados pela diretoria e membros da administração.

Quadro 4 - Modelo de recibo da Entidade Religiosa

RECIBO	
N° _____	
<i>Recebi (emos) de _____, CPF, CNPJ n° _____, Rua _____, n° _____, Bairro _____, Cidade _____, a importância de R\$ _____ (_____), referente a _____</i>	
<i>Para maior clareza, firmo o presente recibo.</i>	
<i>Cidade, ___ de _____ de _____.</i>	
<i>Emitente: _____</i>	
<i>CPF/CNPJ: n° _____</i>	

Fonte: Autores

d) Dúvida em como deve ser identificado os valores que sobram no final de cada período:

Verificou-se que o gestor utiliza incorretamente a terminologia lucro ou prejuízo ao se referir ao resultado obtido no fechamento no período, quando deveria utilizar superávit ou déficit. Conforme ITG 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de Lucros - O lucro ou prejuízo são denominados, respectivamente, de superávit ou déficit.

e) Não sabe como proceder com o Inventário patrimonial da igreja:

O gestor não mensura o valor de imobilizado da entidade, e com isso, impossibilita a análise da evolução de posse das compras e doações recebidas. Propõe-se criar um sistema simples de identificação dos objetos da igreja, com dados historiados, evidenciando informações relativas a descrição, a marca, ao modelo, ao tamanho, a data de fabricação, número de série, nota fiscal, data de aquisição. O inventário de bens patrimoniais ou inventário patrimonial é o primeiro passo para um verdadeiro controle dos bens materiais da entidade com a capacidade de geração de benefício futuro, Oliveira (2014).

f) Desconhece a forma legal para aquisição de imobilizado:

O gestor da entidade expressou que desconhece alguns tipos de documento, dentre eles, a nota fiscal, na aquisição de imobilizado. De forma a esclarecer, para aquisição de um ativo imobilizado, deve-se atentar-se recepção da nota fiscal com as devidas identificações do item adquirido nominal à igreja.

Slomski (2012) afirma que a nota fiscal é um documento obrigatório e deve ser emitido pelo estabelecimento que promovem saídas de mercadorias. Atualmente temos acesso ao Documento auxiliar da Nota fiscal Eletrônica – *DANFE*.

g) Não sabe por quanto tempo devem-se guardar documentos do seu ativo imobilizado:

O gestor da entidade tem dificuldade de decidir o tempo de guarda dos documentos do ativo imobilizado da entidade religiosa. Oliveira (2014) define o arquivo é o conjunto de informações guardadas para consultas posteriores.

Foi proposto que mantenham arquivadas, de forma organizada, as notas fiscais, relatórios e documentos, enquanto o bem permanecer como propriedade da Igreja, ainda que totalmente obsoleto ou depreciado, visto que, a contabilidade poderá utilizar desses arquivos para escrituração e possível duo diligencia, ou auditoria. (Oliveira, 2014).

h) Não sabe quais os relatórios devem ser considerados na prestação de contas:

A entidade religiosa tanto seu gestor administrativo como o a diretoria estabelecida, não têm respaldo e conhecimento para organizar, e tão pouco emitir documentos para contabilidade e considera-los na prestação de contas. (FERREIRA, 2004).

Foi proposto que de forma organizada, fosse exposto aos membros da diretoria e outros, os seguintes documentos:

A) Documentos Legais:

- I. Balanço Patrimonial
- II. Demonstração de Superávit ou Déficit do Exercício
- III. Demonstração de Fluxo de Caixa,
- IV. Demonstração de Mutação do Patrimônio Social e;
- V. Notas Explicativas.

B) Documentos Gerenciais:

- I. Extrato Bancário
- II. Elaboração do Fluxo de Caixa Diário
- III. Controle do Fluxo de Caixa Diário

i) Desconhece e não pratica a conciliação bancária:

A conciliação bancária consiste na simples conferência dos lançamentos internos em relação ao extrato bancário, permitindo identificar lançamentos não planejados e identificar a origem e o impacto deste lançamento nas movimentações financeiras da entidade religiosa. (SLOMSKI, 2012)

j) Não sabe organizar os documentos financeiros:

Na visita *in loco*, foi identificado que não há organização dos arquivos, criando uma dificuldade na rastreabilidade e consultas dos documentos. Nesta etapa, foi proposto ao gestor da entidade, estabelecer um controle que permita identificar e rastrear as entradas e saídas de valores pagos.

Ou seja, para cada entrada ou saída, faz-se necessário criar um histórico contendo assinaturas, comprovante de pagamento, nota fiscal, recibos, cópia de cheque quando houver. Organizados em ordem cronológica. (OLIVEIRA, 2014)

5.2 Compliance na entidade religiosa:

Têm se tornado comum a cada dia, acordar com notícias de corrupção e ações fraudulentas nas organizações do Brasil e no mundo. São práticas envolvendo desvios de dinheiro público, caixa dois, e demais formas de ferir a sociedade. No âmbito da ética, tal prática é inaceitável nas organizações. (CRASP, 2017). O termo *compliance* tem sua natureza no inglês, no verbo *comply* que significa agir de acordo, conformidade. Atualmente, com as questões da Lava a Jato, o termo *compliance* tem sido usado de forma mais coloquial.

Estar *compliance* ou ser *compliance* significa cumprir o que foi combinado, garantir que aquilo que foi decidido está sendo feito. Para Carmo (CRASP, 2017) é necessário que as entidades sejam estruturadas nas boas práticas e implantem um programa de *compliance* para atender todas as exigências legais às normas e políticas tornando a entidade confiável uma vez que, a sociedade global está se conscientizando, exigindo posturas das entidades e comportamento que reflitam em valores. As organizações que constituem o Terceiro setor têm uma linha tênue entre os provedores, a sociedade e os gestores. O autor Oliveira (2014) a administração das entidades do terceiro setor é complicada porque as pessoas que contribuem para a organização têm várias motivações filantrópicas e particulares.

O *compliance* dará lastro à integridade e prestação de contas nas entidades do terceiro setor zelando sempre pela primazia da integridade, tempestividade e organização nas informações e relatórios.

5.2.1 Organização dos arquivos e tempo de guarda:

A falta de espaço físico é a dificuldade de quase todas as organizações, e isso não é diferente com as entidades do terceiro setor. A legislação brasileira é cada vez mais exigente no quesito tempo de guarda dos documentos, e isso vêm preocupando os gestores das entidades. Oliveira (2014), afirma que não ter lugar específico para o armazenamento dos arquivos de documentos e a falta de conhecimento do tempo necessário que se deve manter armazenados os documentos são alguns dos problemas enfrentados pelas entidades.

Há então, aspectos jurídicos que tratam de prazos relacionados a guarda de documentos e também, a prazo de solicitação dos documentos como a prescrição e decadência. A prescrição é definida como um meio de defesa ou de exceção, com base no decurso do tempo. Já a decadência é a extinção de um direito pelo não exercício.

Em geral, por prudência, evitando quaisquer margens de erros, Oliveira (2014) destaca que arquivos de informações pessoais e trabalhistas, como CAGED, CAT, CIPA, Comprovantes de folha de pagamento, devem ser arquivados por tempo indeterminado, enquanto os diversos livros fiscais, de um modo geral, devem ser conservados durante 05 anos, contados a partir do fato gerador.

Na hipótese de perda de algum documento, recomenda-se registrar um boletim de ocorrência, divulgar em jornais impressos de grande circulação e notificar os órgãos competentes, como Receita Federal, Junta Comercial, Secretaria da Fazenda, Prefeitura Municipal, Delegacia Regional do Trabalho. (OLIVEIRA, 2014).

Os arquivos devem ser guardados com as devidas identificações, facilitando localizá-los por períodos e por assuntos de forma dinâmica e precisa.

De posse, o gestor da instituição, de forma pragmática, recepcionou as sugestões e a partir delas, iniciou um processo de reavaliação de todos os processos e controles da instituição.

6 Considerações Finais

A identificação das dificuldades do gestor nos quesitos cumprimento das normas, controle de patrimônio, prestação de contas entre outros processos, resultaram na proposta de soluções práticas e documentais que permitiu alcançar o objetivo deste trabalho, garantindo a legalidade da entidade e transparência na prestação de contas. Também, verificou-se que há

necessidade da consultoria e atuação do contador nas entidades religiosas, dando suporte aos gestores para solucionar suas dificuldades, sugerindo-lhes práticas para otimizar o trabalho e buscar a excelência na prestação de contas.

Esta pesquisa foi desenvolvida e considera-se como um “embrião” para futuros trabalhos de especialização, em continuidade exploratória do tema abordado.

Todas as sugestões foram apresentadas ao gestor da instituição, para que o mesmo possa de forma estruturada avaliar seus processos e controles, com intuito de alcançar a excelência nos movimentos e conformidade perante aos órgãos públicos e à comunidade.

Conclui-se que a contabilidade como ferramenta de gestão e prestação de contas contribui para o aperfeiçoamento dos controles gerenciais, onde os documentos administrativos e financeiros possam ser qualificados na conformidade para os fins legais e fiscais.

Embora, acredita-se que o terceiro setor é um nicho do mercado que deve ser mais explorado pelos profissionais da contabilidade, e neste estudo, evidenciou algumas vertentes que geram oportunidades aos profissionais da contabilidade. Na entidade religiosa, o setor financeiro, mais conhecido como tesouraria, é onde uma série de indagações se repete e merece uma atenção e integração com os profissionais da contabilidade, pois são eles que prestam relatórios e atendem as solicitações e dúvidas preliminares.

Assim sendo, considerando as responsabilidades e atribuições da contabilidade nos processos financeiros e administrativos da entidade religiosa, na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo, a contabilidade como ferramenta de gestão e prestação de contas proporciona o zelo da sobrevivência, continuidade e credibilidade da entidade junto a sociedade, auxiliando-a no planejamento e execução de suas tarefas frente às normas legais e fiscais que amparam sua atividade. Contudo, o autor Oliveira (2014) relata o cuidado que o profissional da contabilidade deve ter frente com a entidade religiosa, podendo praticar perfeitamente, suas rotinas, prudências e princípios aplicados às demais instituições, lembrando que, os ajustes serão necessários, contudo, a essência da contabilidade persevera na íntegra, ou seja, sem planejamento, não há sucesso e, sem metas, não há destino.

Uma das parábolas presentes no Evangelho Segundo Lucas, traz uma importante lição, válida para quaisquer planejamento e trabalho: “Será que alguém começa a construção de uma casa sem primeiro fazer um orçamento para calcular o custo?” (BÍBLIA, Lucas 14:28).

Referências

- BLAINER, G. **Uma breve história do Cristianismo**. 1ª ed. , Paraná, Fundamento, 2012.
- CAMARGO, M. F. **Gestão do Terceiro setor no Brasil**. 2ª ed. , São Paulo, 2002.
- CAETANO, M.C. **Contabilidade no terceiro setor: uma análise das produções acadêmicas no Brasil do período de 2010 à 2015**, Taubaté, 2016.
- CARDOSO, R. et al. **3º Setor – Desenvolvimento Social Sustentado**. 1ª ed. , Rio de Janeiro, Paz e Terra S.A., 2000.
- CARMO, K.. **Compliance – Transparência e ética**, Administrador Profissional, Maio/2017, Ano 40, ed. n° 371, página 19
- DURÃS, S.A.L. **Atuação da Contabilidade no terceiro setor**, Serra, 2014.
- DRUCKER, P. F. **Terceiro setor Exercícios de auto-avaliação para empresas**. 1ª ed. , São Paulo, Futura, 2001.
- FACHIN, O. **Fundamentos de Metodologia**, 5ª ed. São Paulo, Saraiva, 2005.
- FERREIRA, N. **Caminho das Pedras – Guia Prático de Gestão para o Serviço Público e o Terceiro setor**. 1ª ed. , Campo Grande, UFMS, 2004.
- GIL, A. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**, 5ª ed, São Paulo, Atlas, 1995.
- KUARK, F. et al. **Metodologia da Pesquisa – Um Guia Prático**. 1ª ed. , Itabuna, Via Litterarum, 2010.
- LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica: Técnicas de pesquisa**. 7ª ed. , São Paulo, Atlas, 2010.
- MELO, N. **Responsabilidade Social & Cidadania Empresarial**. 2ª ed. , Rio de Janeiro, 2002.
- OLIVEIRA, A. **Manual do Terceiro setor e Instituições Religiosas**. 4. ed, São Paulo, Atlas S.A., 2014.
- RAMPAZZO, L. **Metodologia Científica: Para alunos dos cursos de Graduação e Pós Graduação**. 1ª ed. , São Paulo, Stiliano, 1998.
- SEPAL. **SERVINDO AOS PASTORES E LÍDERES**. Disponível em < <http://sepal.org.br/> >. Consultado em 17 julho 2017 .
- SLOMSKI, V. **Contabilidade do Terceiro setor**. 1ª ed. , São Paulo, Atlas S.A., 2012.
- TERCEIRO SETOR. **Associações e Fundações**. 2018. Disponível em: <http://terceiro-setor.info/associacoes-e-fundacoes.html>. Consultado em 25 ago 2018.